

Mobilidade, Individualização, Congregação: alguns focos do debate sobre religião no Brasil hoje

Luiz Fernando Dias Duarte*

Resumo

Discussão sobre os temas centrais das apresentações sobre religião, desigualdade e segregação do seminário *As múltiplas faces da segregação*.

Palavras-chave

Mobilidade. Individualização. Religião.

Abstract

Discussion on the key issues of the presentations on religion, inequality and segregation from the seminar *The multiple faces of segregation*.

Keywords

Mobility. Individualization. Religion.

Como sempre, é uma tarefa delicada debater um conjunto de apresentações muito rico e variado. Eu só pude ler com antecedência o texto específico de Clara Mafra, além de dois textos que Ronaldo de Almeida me enviara (não são exatamente o que ele apresentou hoje, mas muitas das coisas que ele disse aqui estão lá).

O que eu acho mais interessante da mesa é o fato de que partimos de uma visão mais macro, apresentada por Paul Freston, passando por uma visão mediana, mais sociológica, da apresentação do Ronaldo, e – finalmente – uma visão mais etnográfica, localizada, da Clara. Mas a verdade é que, em cada um desses níveis, as mesmas questões recorrem, repetem-se, dialogam

* Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: lfduarte@uol.com.br.

entre si, permitindo muitas passagens e muitos deslizamentos – que eu evidentemente não vou poder sublinhar na sua inteireza. Prefiro focar em um conjunto que tem a ver com os meus interesses também, com as minhas questões analíticas atuais – o que é inevitável.

O primeiro deles é o tema da “mobilidade social”, que transparece por trás de todas as apresentações de hoje e que tem me mobilizado em um tipo de uma incursão de pesquisa específica que está em curso. Não só é importante a ideia geral apresentada – reiterada pelos dados estatísticos das transformações contemporâneas do campo religioso – das conversões, das passagens, dos trânsitos religiosos, mas é importante o fato de que a isso se agrega a percepção de uma intensa mobilidade social em geral, inclusive socioeconômica, da sociedade brasileira, nas últimas décadas. Estou usando aqui essa categoria não no sentido de “ascensão social”, mas de “mobilidade” mesmo, de agitação, de ter de mudar de lugar de algum modo, mesmo que não seja para mais acima na escala social. Isso pode envolver a migração, como mudança no plano sociogeográfico. Isso pode implicar migração cultural e mutações psíquicas – para usar uma expressão que o Paul Freston usou aqui hoje. Enfim, são muitas “mobilidades” em curso. É um desafio constante para a população brasileira, um horizonte de intensa e generalizada mudança. A própria percepção nativa é a de que tudo está em mudança. Mesmo que você prefira permanecer onde está, até para permanecer você tem de mudar. É preciso reelaborar o seu lugar, reelaborar os argumentos para a sua identidade social – até para que se possa continuar na posição que se considera original. Mesmo assim, ela talvez já não seja a mesma; porque tudo está mudando a sua volta.

Vou dar um exemplo (do meu campo em Jurujuba, bairro de Niterói, Estado do Rio de Janeiro) de uma família católica que permanece católica, mesmo em face da conversão bastante generalizada a sua volta – inclusive de linhagens da própria família extensa. Um sinal do fato de que ela continua católica, mas está mudando, é que a casa vai se enchendo de símbolos religiosos que não existiam antes. Surgiu uma plethora de cruzeiros, de imagens sacras, de santos, de painéis de santos, de relógios incrustados em santos, que não era necessária antigamente, mas agora é parte da afirmação do continuar católico num contexto em que isso já não é tão óbvio quanto antes. Esse tema da mobilidade social em sentido lato transparece, assim, por trás de todas essas questões relativas à religião.

O primeiro quadro mais empírico em que ela se manifesta é o fato de não encontrarmos mais uma linearidade entre as transformações, as mobilidades

e as mudanças do *ethos* religioso e do *ethos* econômico. Embora continuemos procurando seguir a trilha de nossos pais fundadores, do modelo weberiano sobretudo, essas correlações não são muito fáceis. Pode ser que nós venhamos a reencontrá-las, como alguns apresentadores hoje reviram, particularmente o Paul Freston. Mas essa correlação não se dá mais de maneira linear. Em primeiro lugar, porque se trata de várias mobilidades diferentes e, em segundo lugar, porque se trata de várias religiões ou religiosidades diferentes. Não apenas aquilo que chamamos “religioso” compõe a diversidade do campo religioso. Muita coisa que não parece ou não se diz religiosa tem uma dimensão religiosa, no sentido de ser organizadora da visão de mundo. Eu vou me deter um pouco mais sobre uma delas porque tem a ver com a questão da individualização, que Clara Mafra levantou.

Gostaria de começar invocando a ideia de que a correlação entre mudança de *ethos* religioso e mudança de *ethos* econômico é muito dificultada pela pluralidade e a complexidade das próprias noções de pertencimento religioso e de mobilidade social. Além disso, eu tenho também enfatizado muito – e acho que isso apareceu em algum momento nas discussões de hoje – a importância da dimensão da “transgeracionalidade”. Embora todas as mudanças referidas estejam se dando no quadro brasileiro através de conversões relativamente recentes, de passagens intensas e deslizamentos para dentro do campo evangélico pentecostal ou entre as diferentes denominações pentecostais, e, portanto, num ritmo muito rápido, provavelmente só se poderá entender melhor o que implicam essas mudanças, passagens e deslizamentos, do ponto de vista das transformações do *ethos* socioeconômico, quando tivermos a possibilidade de olhá-las transgeracionalmente. É apenas através da reprodução entre mais de uma geração que efetivamente podemos perceber em que se internalizou completamente e se transformou num novo *habitus* o que nós estamos observando superficialmente como uma “mudança”.

Isso não é fácil, porque essas mudanças são recentes, contemporâneas, e a nossa atividade de pesquisador tem limitações temporais também bastante marcadas. No entanto, algumas tentativas poderiam ser ensaiadas (o livro que estou lançando agora com a Edlaine Gomes – “Três Famílias. Identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares” – é um esforço nesse sentido) de observar transgeracionalmente algumas famílias e averiguar se, sob esse ponto de vista, não se pode entender melhor esses processos de transformação que estão tão rapidamente em curso.

O segundo ponto é o da individualização, que apareceu no texto de Clara, mas também aparece, por exemplo, eu creio, na referência que Paul Freston

fez a uma “mutação psíquica”. Aparece ainda na ideia de “laços fracos” e “laços fortes” que o Ronaldo evoca, mas certamente se apresenta mais viva na ideia disso que Clara chamou de “desgaste”. Eu me pergunto se não seria melhor achar uma outra palavra para isso que Clara queria expressar, porque acho que é muito importante o ponto que aí se levanta, o dessa rarefação das relações de clientelismo tradicional. E como essa rarefação leva à assunção de uma posição de fala, de uma posição de empoderamento, que tem sido ressaltada crescentemente pela literatura etnográfica, tanto para o gênero masculino quanto para o gênero feminino, por vias diferentes, com estratégias diferentes, provavelmente. Assim, como há uma reconstrução desses múltiplos caminhos, dessa reconfiguração das relações que se dá no seio dessa nova e ambígua *societas* que é a “congregação”?

Esse é um ponto que me chamou a atenção: o fato de que nenhuma das três falas se deteve sobre a questão da congregação. Na verdade, os textos de Ronaldo que eu li antes deste encontro até relativizam bastante essa questão da congregação, ao enfatizarem a diferença do estilo associativo da Igreja Universal do Reino de Deus, que certamente não é congregacional no mesmo sentido em que a Assembleia de Deus ou outras denominações pentecostais o são.

Ainda assim, acho que a ênfase na congregação pode clarear bastante esse horizonte. Ela é uma novidade muito peculiar no horizonte da experiência social brasileira e da experiência sociorreligiosa brasileira, particularmente. Ela é muito diferente da experiência do terreiro de candomblé, por exemplo, ou muito diferente da experiência das Comunidades Eclesiais de Base. Às vezes sugere-se que a Comunidade Eclesial de Base já teria alguma coisa da “congregação evangélica”, mas não me parece que seja a mesma coisa. A experiência da congregação, no grande sentido clássico weberiano de manifestação concreta da “seita”, é absolutamente crucial. Na verdade, quando todos os expositores estão falando de “novos laços”, de “reinvenção dos vínculos”, de “ajuda mútua”, de “associativismo evangélico”, tal como o fez Ronaldo, estão se evocando aspectos desse novo formato de experiência societária e religiosa que é a vida congregacional.

Os informantes de minha pesquisa enfatizam muito essa ideia de uma traição dos laços de família originais para uma adesão a essa nova fraternidade, a dos irmãos de fé. Há uma passagem da parte escrita por Edlaine Gomes no livro citado mostrando como a parte da família que permanece católica descreve que a parente, a tia, a sobrinha, passam com um bolo recém-assado em frente de toda a família, levando-o para fora da casa – e se diz: “tá vendo,

antigamente esse bolo ia ser comido aqui entre nós e, agora, ele vai lá para os irmãos de fé”.

Essa recomposição da ajuda mútua – mesmo no sentido mais literal, como o de comer um bolo em conjunto – está fortemente comprometida com a reconstrução e reinvenção dos vínculos no formato da congregação. Certamente a questão da congregação dialoga com pontos que foram expressos por Clara e tem a ver com a ideia da “vulnerabilidade” colocada por Freston. A ideia de “regeneração moral” que ele também nos trouxe, a ideia da “ética da providência” de que o Ronaldo fala em um dos seus textos (embora ele não tenha trazido esse ponto hoje aqui), isso tudo tem a ver com o que Clara chamou de “reinvenção do mito”. Ela levou mais a fundo essa questão da “humilhação”, no que chamou em seu texto de “impasse social” – a experiência de uma perda de valor do horizonte social original, que representa uma quebra de expectativas de graves consequências.

Eu chamaria a sua atenção, como autora de uma análise tão instigante do processo ocorrido em Magé, para uma interpretação sociológica muito tradicional de certos processos de mudança social. Eu aprendi nos cursos de sociedades camponesas do início de minha carreira – e não tenho certeza da citação, mas creio provir de um texto de Barrington-Moore. Mencionava-se como as revoltas camponesas na Europa não se davam prioritariamente nas regiões em que os camponeses eram mais fracos, estavam mais famintos ou explorados, mas nas situações em que eles tinham a expectativa de melhorar a sua condição e essa expectativa era rompida.

É essa força simbólica da “quebra da expectativa” que talvez esteja em jogo no caso de Magé, onde se tinha uma ou mais camadas de mediadores locais que foram progressivamente expulsos pela partição acelerada do *status* dentro do espaço sociogeográfico do Estado do Rio de Janeiro. Com a mudança das elites locais para os bairros emergentes, para a franja litorânea da cidade, desaparecem as possibilidades das velhas redes de favores, dos pactos de mediação, enfim, dessas expectativas tradicionais de reprodução.

Eu também encontrei isso no meu campo. São muito intensos os relatos – mesmo daqueles que continuaram católicos – sobre o desaparecimento progressivo de uma série de mediações com as famílias ricas que tinham casas ainda vizinhas em Jurujuba. Todas essas famílias se mudaram e esses vínculos terminaram. Foram fechados também, depois de 1964, os antigos “institutos de previdência” (dos Marítimos, por exemplo), em função da unificação nacional do INPS. Nessas antigas instituições, as pessoas podiam lidar com os médicos de uma maneira muito mais personalizada, face a

face, do que no INPS/INSS, que formaliza, distancia, impede o cultivo de vínculos de clientela que eram muito importantes para a reprodução das classes populares.

É um exemplo entre muitos outros, que me parece complementar o argumento de Clara em relação a esse desgaste das relações interclasses e essa necessidade de uma nova organização social – que vai fazer com que, ao mesmo tempo, se produza uma espécie de “inversão hierárquica”, para usar uma velha categoria analítica de Louis Dumont. Não tenho certeza, mas é possível que isso também esteja em jogo. A maneira como a empregada que é obrigada a comer o feijão sem as carnes, ao mesmo tempo reconhece que isso é ilegítimo, e, por outro lado, não usará de uma negociação direta com a patroa, mas passará para uma negociação direta com a divindade, com as forças superiores, para lidar com essa ruptura de uma relação de reciprocidade ameaçada, poderia talvez ser vista como uma inversão hierárquica. Mas não tenho certeza. Pode ser simplesmente que vá mais na direção do que Clara aponta a respeito da questão da individualização.

Esse é um tema bastante clássico da discussão a respeito do estatuto da noção de pessoa nas sociedades urbanas metropolitanas ocidentais. Eu trabalhei com a questão diretamente e produzi uma hipótese há uns anos atrás que foi chamada depois de “hipótese holista”, se não me engano. Eu procurava afirmar que havia uma diferença muito grande entre o modelo da pessoa individualizada das elites e das camadas médias e o modelo holista, relacional, das camadas populares. Isso foi criticado por muitos autores – desde pontos de vista mais teóricos até pontos de vista mais empíricos. Certamente essa questão se coloca hoje em outros termos e retorna também nesse livro recém-escrito com Edlaine Gomes, em que nós tentamos discutir, por exemplo, a distinção entre “individualização” e “individação”.

Há alguma literatura tratando dessa distinção, buscando restringir a ideia da individualização à assunção da ideologia do individualismo no seu sentido pleno, sendo talvez a individação mais característica do fenômeno para que a Clara aponta. Eu e Edlaine propusemos uma outra categoria, que é a de “autoafirmação”. Eu sugeriria que, eventualmente, Clara testasse a possibilidade de essa categoria ser útil para sua análise. Mas isso também está presente no horizonte evocado por Paul e por Ronaldo: dessas mudanças, dessa assunção da fala, dessa assunção do papel daquele que adquire um novo *status* social ao mudar de religião, ao se agregar a uma nova congregação.

Certamente está aí a ideia de afastar-se da “atribuição” (ou seja, do “*status* atribuído” da sociologia parsoniana) – mormente da atribuição

familiar. No entanto, todo esse processo, que poderia se aproximar da clássica “individualização” ocidental moderna, parece produzir quase que um efeito de retorno. Um efeito de cobra que morde o rabo, no sentido de que a atribuição é englobada pela “aquisição” (ou “*status* adquirido”), ou seja, a continuidade é englobada pela transformação, pela novidade, pela nova condição. Mas, ao mesmo tempo, começa a tentar construir outra relacionalidade dentro desse novo espaço. É como se a possível aquisição ou individualização permanecesse atrelada a uma nova versão da atribuição. Até porque a aquisição é, no mais das vezes, vista como atribuição. Os relatos de conversão, classicamente, desde o *Worker in the Cane*, de Sidney Mintz, enfatizam essa ideia de que a conversão, quando ocorre, passa a ser vista pelo converso como o resultado de um processo que se vinha acumulando na trajetória pessoal desde o nascimento; um processo de que há sinais, premonições etc. Então, é como se fosse feita uma leitura totalizante de um processo que teria o aspecto de ser antitotalizante. Não sei se está ficando claro o que eu estou querendo dizer, mas isso me parece presente de maneira empiricamente muito palpável na apresentação etnográfica da Clara. E me apego aqui mais ao material dela porque interpela muito diretamente o meu próprio material de campo.

Creio que paro aqui com essas observações que visaram apenas sublinhar alguns dos aspectos mais notáveis dessas três ricas apresentações sobre um universo que é transbordante de desafios para a nossa capacidade de compreensão da vida social. Só uma última observação. O título da mesa continha a categoria “violência”, que afinal de contas não apareceu explicitamente, a não ser numa referência ao demoníaco – e acho que Ronaldo mencionou a relação entre as gangues e o pertencimento a congregações pentecostais. Foi citado um trabalho sobre essas relações tão peculiares que se estabelecem entre certos tipos de trajetórias que advêm das carreiras transgressoras do narcotráfico e certas trajetórias que são construídas dentro do espaço religioso evangélico. Há pelo menos dois trabalhos recentes – um já publicado, o outro em andamento, como dissertação de mestrado, no IFCS – sobre ex-bandidos convertidos, sobre essas passagens de uma carreira de transgressão para uma carreira religiosa. A categoria violência remete imediatamente àquilo que nós reconhecemos como a violência do discurso banal, do discurso jornalístico, podemos dizer assim. Mas também inclui o que poderíamos chamar de uma “violência simbólica”, a respeito da noção de “batalha espiritual”, por exemplo, dentro de uma concepção de mundo em que o desafio do demônio está tão violentamente presente. Há

uma violência embutida, que não é apenas simbólica, mas que se manifesta no modo entranhado e encorporado – porque tanto a expulsão do demônio quanto a presença do Espírito Santo têm de se manifestar numa intrusão, num avassalamento corporal. Certamente nós poderíamos ter articulado também as questões da mobilidade, da congregação e do novo *ethos* moral (de regeneração moral) com as diferentes representações e experiências da violência. Mas isso fica para o debate com a plateia. Obrigado.

Recebido em
agosto de 2009

Aprovado em
dezembro de 2010